



INFORMATIVO

SINDPOL/MG

BELO HORIZONTE/MG
Novembro /dezembro 2015 - Nº 20
SEDE PRÓPRIA - 17.000 exemplares

**POLÍCIA
CIVIL**
MINAS GERAIS

SINDICATO DOS SERVIDORES DA
POLÍCIA CIVIL DE MINAS GERAIS



ROBERTO COELHO/SINDPOL/MG



BENITO URBINA/CHILENO/SINDPOL/MG

UNIFICAÇÃO

Conselho deliberativo ampliado do Sindpol/MG se reúne e discutem modernização do modelo das polícias

PÁGINA 3

Presidente Denilson Martins, deputado cabo Júlio e o presidente Jânio Bosco Gandra, da Cobrapol

POLÊMICA

ALMG realiza Audiência Pública e discute riscos para a Segurança Pública com possível fusão de cargos e funções

Grande parte da categoria de investigadores teme em razão da estrutura hierárquica da Instituição, de serem obrigados a executar funções e atribuições dos escrivães.

PÁGINA 8

JUDICIALIZAÇÃO

Direção executiva se reuniu para debater, analisar e traçar estratégias face a onda de processos e expedientes investigatórios e outras práticas antissindcais

PÁGINA 5

SUCATEAMENTO

Sinpol/MG realiza, pela 2ª vez, inspeção sindical na Delegacia Especializada de Mulheres, e solicita providências da Administração Superior PCMG, à SEDS e ao Ministério Público

PÁGINA 9

PALAVRA DO PRESIDENTE



O novo ano traz outros desafios para os servidores públicos. A crise que flagelou 2015, seja do ponto de vista da economia, seja de ordem de governabilidade política, não se resolveu por si só, postergando para o ano que se inicia.

Em 2016 a agenda da valorização salarial e modernização institucional vai ter que confrontar permanentemente com a agenda da manutenção de direitos conquistados. Porém, nem tudo está perdido,

estamos tentando consolidar um novo canal de diálogo com o novo conselho superior da Polícia Civil, sob direção da Dra. Andrea Cláudia Vacchiano, que apresentou resultados de reivindicações antigas, como promoções, progressões, estabelecimentos de diretrizes e convocação de concurso público.

O Sindpol/MG apoia essa ideia e defende essa necessária metodologia. Que tenhamos um ano de prosperidade, perseverança, sabedoria, confiança, união e resiliência, para juntos superarmos os desafios que teremos pela frente. O sindicato vai cumprir o seu papel!

Fraternal abraço,

Denilson Martins,
Presidente do Sindicato dos Servidores
da Polícia Civil de Minas Gerais

ÚLTIMAS AÇÕES

16/12 - Sindpol/MG e sindicatos: Coordenação Intersindical fecham parceria com a rádio Favela

15/12 - Dr. Bruno Reis: Prestador de auxílio jurídico ao Sindpol/MG, é eleito como membro do Conselho Federal da OAB

15/12 - Conselho Federal da OAB: Agradece participação do Sindpol/MG no III Congresso Nacional de Direito Sindical

15/12 - Sindpol/MG na luta: Contra práticas antissindicais e perseguições políticas

14/12 - Sindpol/MG: Despacha com Administração Superior da Polícia

10/12 - Reestruturação do Ipsemg: Comissão entrega diagnóstico final e cobra cumprimento de acordo do Governo

09/12 - Triângulo Mineiro: Sindpol/MG ganha liminar de integralidade de aposentadoria

04/12 - Sindpol/MG: Recebe o prêmio construtores do progresso como o sindicato do ano

04/12 - Montes Claros: Recursos são liberados para a construção do Posto de Perícias Integradas e a mudança da delegacia regional

www.sindpolmg.org.br

www.facebook.com/fanpagesindpolmg

 31 8865 4306

FILIE-SE! NOSSA FORÇA, SUA SEGURANÇA

Faça parte do sindicato que luta pela valorização e modernização de todas as categorias da Polícia Civil



SINDICATO DOS SERVIDORES DA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua: Diamantina, 214 Lagoinha - CEP: 31110-320 - Belo Horizonte/MG
(31) 2138-9878 - 2138-9851 - 2138-9898 - 2138-9877 - Fax: (31) 2138-9853

SINDPOL/MG FILIADO À



DIRETORIA EXECUTIVA EFETIVA SINDPOL/MG:

- ◆ Presidente: Denilson Martins ◆ Vice-Presidente: Antônio Marcos Pereira
- ◆ Diretor Executivo Secretário Geral: Cláudio de Souza Pereira
- ◆ Diretor Executivo Administrativo: José Maria de Paula
- ◆ Diretor Executivo de Assuntos do Interior: Christiano Augusto Xavier
- ◆ Diretor Executivo de Mobilização e Formação Sindical: Wellington Kallil Alves
- ◆ Diretor Executivo Jurídico: Geraldo Chaves Júnior
- ◆ Diretor Executivo de Comunicação e Eventos: Wander Dias Coelho
- ◆ Diretora Executiva de Assuntos da Mulher: Margareth Dionísia Costa Branco

- ◆ SUPLENTE: Mário Antônio dos Santos, Djalma Ribeiro Barbosa, Lucas Roberto Vasconcelos Lemos de Oliveira
- ◆ CONSELHO FISCAL EFETIVO: José Martins dos Santos, Eder Lauar de Almeida, Francisco José de Souza
- ◆ CONSELHO FISCAL SUPLEMENTAR: Carlos Marques da Silva, Paulo Emilio Athanzio

EXPEDIENTE:

Diretor de Comunicação: Wander Coelho / **Assistente de comunicação e diagramação:** Tatiana Mesquita (19.372/MG), Veridiane Marcondes (13.597/MG)
Fotógrafo: Benito Urbina "Chileno" (0019622/MG) / **Projeto gráfico:** Márcio Pereira - www.frag.art.br

Tiragem: 17.000 exemplares

Rua: Diamantina, 214 Lagoinha - CEP: 31110-320 - Belo Horizonte/MG

Impressão: Gráfica e Editora O Lutador Assessoria e Editoria Social

(31) 2138-9878 - 2138-9851 - 2138-9898 - 2138-9877 - Fax: (31) 2138-9853

UNIFICAÇÃO: Proposta de reforma das Polícias Civis e Militares

Direção se reúne para avaliar mudança do modelo das polícias

Conforme prévio agendamento, e atendendo a convocação da Câmara Federal para apresentação e envio de sugestões a respeito do tema de modernização do modelo das polícias, com vistas a unificação, a direção do Sindpol/MG se reuniu em sua instância deliberativa, durante todo o dia 07/12 e aprovou os 10 princípios gerais a serem observados, a título de contribuição, com esse momento de clamor social por mudanças na Política Nacional de Segurança Pública, para envio a comissão especial presidida pelo deputado mineiro Edson Moreira.

A direção do Sindpol/MG também deliberou que considerando que a tratativa é de alcance federal, em razão da competência legislativa, seria de fundamental importância que a nossa Confederação, a Cobrapol, entidade de grau superior e legítima para discussões de temas federativos, fosse acionada e consultada pelo Congresso Federal, que tem grande acúmulo e experiência no debate sobre essa matéria, a título de traduzir melhor o sentimento nacional das entidades de classe que representam a Polícia Civil em todo o território nacional, que pouparia e muito eventuais resistências e polêmicas acerca da matéria, dado o seu grau de impacto na política nacional de segurança em nosso país.

OFÍCIO

Na sequência das ações em defesa da pauta única da valorização da PCMG, que vem sendo articulada desde o início do go-



Denilson Martins, diretores e membros do conselho

verno com a chefia, entidades de classe e com o Executivo, considerando a mudança na gestão, o que exige retomada de encaminhamentos; e também o estado de alerta deflagrado em 28/08 do ano corrente, o Conselho deliberativo recursal do Sindpol/MG, reunidos nessa manhã (07/12), também debateram pela cobrança da nova chefia acerca dos encaminhamentos e da resposta do governo à pauta unificada enviada em agosto desse ano, e que até o presente momento, sem a consistente manifestação do Executivo Estadual, a posição do governo perante as reivindicações da classe é fundamental para o posicionamento da categoria diante da conjuntura na qual se encontra a nossa pasta, da Segurança Pública. Assim, definiram para que a direção do Sindpol/MG officie a chefia nesse sentido, na maior brevidade possível, para que o retorno seja dado a categoria policial.

O Conselho deliberativo do Sindpol/MG é composto pela representação administrativa do sindicato em todas as macrorregiões do Estado, e traz o diagnóstico e o sentimento da base da Instituição. É a instância da entidade com competência subordinada apenas pela Assembleia Geral da categoria.

OS 10 PRINCÍPIOS GERAIS

- 1- Pré-requisito do 3º grau para ingresso a carreira policial e reconhecimento do caráter técnico-jurídico e científico para as atribuições do cargo
- 2- Estruturação interna com ingresso único e carreira única
- 3- Academia de Formação Policial única
- 4- Sistema de previdência, saúde e seguridade social único
- 5- Controle social e interno únicos (Conselho Nacional de Polícia)
- 6- Sistema de formação educacional único para policiais e dependentes
- 7- Transformação do gabinete militar em gabinete de Segurança Pública
- 8- Extinção do Tribunal Militar e criação da Câmara Disciplinar Única
- 9- Desmilitarização e desvinculação das forças armadas
- 10- Lei Orgânica e Código de Ética Nacional de Polícia



VERIDIANE MARCONDES/SINDPOL/MG

Diretor Geraldo Chaves, Gustavo, presidente Denilson Martins e diretor Wellington Kallil

CONCURSO: Sindicato recebe representante dos aprovados

Seplag divulga cronograma de convocação dos aprovados

O presidente Denilson Martins, o diretor do departamento jurídico Geraldo Chaves e o diretor de mobilização e formação sindical Wellington Kallil, receberam na sede do Sindpol/MG, na sexta-feira (27/11) o Sr. Gustavo, representante dos aprovados no concurso de investigadores.

Durante a reunião, o presidente Denilson Martins falou a respeito da luta do Sindpol/MG na recomposição dos quadros da PCMG e comentou a resposta da Seplag em relação ao ofício enviado, solicitando um cronograma de convocação dos aprovados para o Curso de Formação Policial. O ofício relatava a chamada em duas turmas, porém, no início do ano o cronograma mudou. Veja a seguir!

NOVA REUNIÃO

No dia 05/01, foi realizada uma reunião com a nova Chefe de Polícia, Dra. Andrea Vacchiano, a mesma afirmou que a convocação dos 1.080 aprovados no concurso de investigador 2014, está programada para ser divulgada nos próximos dias. Assim, a PCMG está preparando o cronograma de nomeação, posse e matrícula no curso de formação policial, com perspectiva de início após o carnaval. Vacchiano disse que, “a instituição criou uma nova metodologia de ensino para esses alunos”, atendendo a reivindicações das entidades de classe, o que capacitará o policial a ter um treinamento diferenciado e eficiente.

NOTAS SINDPOL

AGRADECIMENTO FCPEMG

A Fundação Cultural dos Profissionais da Educação de Minas Gerais (FCPEMG) agradeceu pela palestra proferida sobre o “Assédio Moral”, realizada no dia 25/11/15.

Segundo a diretora presidente, Ordarcy Eustáquia D’Angelis, a palestra foi bem recebida pelo público. “Agradecemos imensamente a parceria e esperamos contar com apoios futuros em eventos a serem realizados por essa Fundação, bem como nos colocamos à disposição do Sindpol/MG”, afirmou.

PROMOÇÕES DE CLASSE ESPECIAL

O Sindpol/MG oficiou a chefe de polícia Dra. Andrea Vacchiano, no dia 30/11, e solicitou os motivos pelos quais os investigadores de polícia II- nível III e os escrivães de polícia II – nível III, não foram promovidos à classe especial, por antiguidade, em razão do tempo no nível e por antiguidade pelo critério especial, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

O Sindpol/MG pediu que sejam tomadas todas as providências para publicação das promoções.

SEMINÁRIO BH MELHOR PARA VIVER

O presidente do Sindpol/MG Denilson Martins participou no dia 24/11, do Seminário “BH melhor para viver”, em que se discutiu o desenvolvimento sustentável da nossa capital. O evento foi realizado no Hotel Ouro Minas e promovido pela Câmara de Vereadores de BH, jornal O Tempo e Super Notícia.

No seminário foi pontuado os impactos da violência e da insegurança pública, dos hábitos dos beloizontinos no comércio, nos bares, entre outros.

CONSELHO FEDERAL DA ORDEM

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e a Seccional Mineira, através do Presidente da Comissão Especial de Direito Sindical, Dr. Bruno Reis de Figueiredo, agradeceram o presidente do Sindpol/MG, Denilson Martins, pela brilhante palestra proferida no IIIº Congresso Nacional de Direito Sindical.

Dr. Bruno Reis afirmou que a palestra muito honrou e agregou conhecimento a todos os participantes, fortalecendo o Direito Coletivo.

JUDICIALIZAÇÃO do movimento sindical

Presidente do Sindpol/MG denuncia práticas antissindicais

Na tarde do dia 19/11, o presidente Denilson Martins, o vice-presidente Toninho “Pipoco”, o diretor administrativo José Maria “Cachimbinho” e demais membros da direção executiva do Sindpol/MG, se reuniram para debater, analisar e traçar estratégias face a onda de processos e expedientes investigatórios e outras práticas antissindicais, que tem sido excessivamente instaurados contra dirigentes do Sindpol/MG e demais dirigentes de entidades sindicais em Minas Gerais.

Esse assunto já foi levado a conhecimento de autoridades e também da comissão nacional do direito sindical da OAB, em 2014, porém, de lá para cá nada mudou, muito pelo contrário frequentemente nossos dirigentes tem sido notificados por órgãos do Poder Judiciário e do MP, e ainda por nossas corregedorias de controle interno em razão de ações em defesa da categoria promovidas por nossas entidades no pleno exercício de nossos mandatos, informações inverídicas e “fatos fabricados” são arrolados em processos instaurados com a simples e objetiva intenção de intimidar, demover, dificultar e inviabilizar a ação livre e responsável de nossos dirigentes e entidades de exercer a defesa dos interesses e dos direitos de nossos filiados e da nossa base representada.

NOTIFICAÇÃO

Assim, mais uma vez o presidente Denilson Martins e o vice-presidente Toninho “Pipoco”, foram notificados pelo Poder Judiciário Estadual, para prestarem esclarecimento sobre possível arguição de quebra de sigilo profissional em denúncia feita pelo Sindpol/MG, onde demonstrava os riscos a vida dos policiais e ao patrimônio público, lotados e instalados no paiol

de armas da PCMG, bem como a falta de coletes balísticos, demais EPI’s que se encontravam com data de validade vencida, falta de efetivo, dentre outras fragilidades. Essa denúncia havia sido feita em 2010 e reforçada em 2014, sem a devida apuração das autoridades estatais em especial a Administração Superior da PCMG. Ao invés de dar solução ao problema levantado (o Sindpol/MNG denunciou em primeira ênfase sob sigilo), a Superintendência Geral da ocasião, achou por bem denunciar o Sindpol/MG e seus dirigentes, um verdadeiro absurdo.

ESCLARECIMENTOS

Na semana passada, José Maria “Cachimbinho” também foi “convidado” pela Chefia de Polícia para prestar esclarecimentos sobre o funcionamento de uma entidade filantrópica que o mesmo exerce mandato de direção, e lá chegando depurou com expediente investigatório sobre as ações dessa entidade, e teve que respon-

der a diversas arguições injuriosas e inverídicas acerca dos papéis e serviços prestados pela entidade, outro absurdo, pois, em nosso país a livre iniciativa é garantida na Carta Constitucional, ainda mais para entidades que têm utilidade pública reconhecida por lei. Ainda nesse mesmo sentido, centenas de sindicâncias administrativas e processos administrativos e disciplinares têm sido instaurados por delegados de polícia de nosso Estado, contra servidores policiais sindicalizados, pelo simples fato dos mesmos, fora do horário de serviço, através de seus smartphones defenderem as ações do sindicato nas redes sociais, tudo isso como forma de perseguição e assédio moral. Para tanto, essas autoridades se escudam e se embasam em um instrumento arcaico do século passado, cujos dispositivos remontam a ordem constitucional ultrapassada do governo ditatorial, de 1969. Esses expedientes se encontram em tramitação, e as defesas estão sendo patrocinadas pelo departamento jurídico do Sindpol/MG.

Nível internacional

Diante desses fatos a direção do Sindpol/MG decidiu por levar essas graves ações, que se tornaram recorrentes em todo o Estado, ao conhecimento de organismos internacionais que cuidam da regulamentação e respeito às normas que regem a atividade sindical e o mundo do trabalho a nível internacional (ONU, OIT e a Câmara Interamericana de Direitos Humanos), pois, no Estado que tem a cultura e a tradição de respeito às liberdades individuais e ainda em pleno estado democrático de direito, garantido e sacralizado pelo texto de nossa Constituição.

Mormente no que tange aos direitos e garantias fundamentais, a dignidade da pessoa humana, os direitos sociais, e a liberdade da atividade sindical; não se pode admitir ataques e ações antissindicais e intimidatórias como essas que estamos sendo submetidos em Minas Gerais, o que ao nosso ver tem caracteri-

zando um desvio de finalidade, da Gestão Pública, do Poder Judiciário e até mesmo do Ministério Público, e restringindo direitos e garantias fundamentais da pessoa humana, colocando em risco a segurança jurídica e a ordem social.

A direção do Sindpol/MG também deliberou por ampliar esse debate agregando à coordenação intersindical, as federações, confederações, centrais sindicais, e a OAB; incluindo como ponto de pauta a imprescindível necessidade de regulamentação da convenção 151 da OIT em nosso país, que trata do respeito e garantia do pleno exercício das entidades sindicais e respeito ao direito de greve dos servidores públicos, bem como proteção dessas entidades e seus dirigentes contra perseguições e práticas antissindicais. O presidente Denilson Martins reforçou que esse estado de coisas tem passado do limite em Minas Gerais e não pode continuar.

CRESCIMENTO: Direção inaugura extensão do atendimento jurídico

Nova parceria atende Muriaé e Leopoldina, na Zona da Mata

No dia 04/11, o presidente Denilson Martins e os diretores de formação política e assuntos dos escrivães Wellington Kalil, viajaram até o município de Muriaé onde encontraram com toda a direção regional coordenada pelo Dr. Marcelo Armstrong, Marcos Antônio de Brito, Lucas Wernerck e Alessandro Maximinium (Baby) e puderam ali inaugurar a nova parceria com o Escritório Antunes de Pacheco Ltda – ME, o que proporcionará um melhor atendimento nas demandas jurídicas dos nossos filiados naquela importante regional.

Dr. Marcelo Armstrong disse da alegria de ver concluída mais essa meta, que desde abril foi planejada, e agora estamos executando. Essa é mais uma demonstração da eficiência e austeridade na gestão participativa do sindicato, que cada vez mais vem descentralizando e aproximando do filiado no interior as ações do sindicato. Agradeceu a toda a direção estadual, na pessoa do presidente Denilson Martins, a quem mais uma vez se colocou à disposição para intensificar as ações do sindicato naquela regional, que tem sido bem atendida pela direção sediada em BH.

O diretor seccional Alessandro Maximino também agradeceu a direção estadual pelo voto de confiança e pela luta que tem acompanhado



Denilson Martins e diretores de BH inauguram nova parceria com o Escritório Antunes de Pacheco

de perto, que a nossa direção estadual tem travado em defesa da categoria e o aumento do número de filiados é uma resposta e um diagnóstico de reconhecimento a esse grande trabalho.

Denilson concluiu que o que a direção do sindicato está fazendo, descentralizando suas ações e investindo em fortalecimento do interior, nada mais é que obrigação do sindicato, e na Zona da Mata nós sempre tivemos resposta nas deliberações tomadas por toda a categoria

do Estado, nada mais justo do que essa atenção primordial que devemos dar. Já perdemos as contas das vezes que viajamos a trabalho, na defesa de nossos filiados e da Segurança da população, e sempre somos bem recebidos, e a bandeira do sindicato é hasteada por todos aqui, e fica o compromisso de mais investimento, inclusive com liberação de dirigentes na maior brevidade possível com o crescimento do número de filiados para essa regional.

NOTAS SINDPOL

GUARDA E ESCOLTA

O departamento jurídico do Sindpol/MG obteve êxito no mandado de segurança junto ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais, para que os policiais civis da comarca de Carlos Chagas/MG sejam desobrigados de fazer escolta e guarda de presos.

O TJMG concedeu o mandado de segurança e o Sindpol/MG fica extremamente satisfeito com mais essa vitória do departamento jurídico. Parabéns a equipe!

ADICIONAL NOTURNO

O departamento jurídico, ganhou a ação de adicional noturno dos servidores da Polícia Civil do Estado, através do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). A decisão do TJMG diz que é devido o pagamento de adicional noturno, no importe de 20% sobre a hora normal trabalhada, ao servidor público da PC, que presta serviço em escala de plantões. Tal direito está assegurado pelo art. 39, §3 c/c art. 7, IX da Constituição Federal, e pela Lei Estadual 10.745/92.

AÇÕES JUDICIAIS

Após solicitação do Sindpol/MG, em atendimento a reclamações de filiados, que se sentiram prejudicados com o processo de promoções e progressões desse último período, a direção do DAPP resolveu acolher as ponderações da direção do sindicato e irá corrigir os benefícios dos referidos servidores.

É o SINDPOL/MG atuando firme na defesa dos interesses dos seus filiados!



VERIDIANE MARCONDES/SINDPOL/MG

Antônio Marcos, Denilson Martins, Dr. João Octacílio Silva Neto e José Maria

Mudanças na Administração Superior PCMG

Em um gesto de companheirismo e reconhecimento o delegado geral de polícia, Dr. João Octacílio Silva Neto, após ser nomeado novo chefe adjunto da PCMG, em cordial visita a sede do Sindpol/MG, comunicou pessoalmente a novidade se colocando à disposição do sindicato e das demais entidades de classe, para a interlocução e discussão de projetos para o bem da Polícia Civil, da Segurança Pública e da sociedade.

O policial iniciou sua carreira como detetive, passando por diversas unidades e regiões do Estado, foi investigador e delegado titular do Deoesp, regional de Ponte Nova, Pirapora e agora chefe adjunto da PCMG.

A direção do Sindpol/MG deseja sucesso e profícuo trabalho ao novo dirigente, colocando o Sindpol/MG à disposição para as transformações e projetos que a Polícia e a Segurança Pública precisam.

DRA. ANDREA VACCHIANO

Foi publicado no Diário Oficial em 19/11, a exoneração do Chefe de Polícia, Dr. Wanderson Gomes e a sua substituição pela Dra. Andrea Cláudia Vacchiano, que estava à frente do Detran desde fevereiro desse ano.

É a primeira vez na história de Minas que uma mulher assume o cargo de chefe geral da Polícia Civil de Minas Gerais.

A direção do Sindpol/MG, deseja um bom trabalho e ressalta o compromisso da busca de soluções e apresentação das demandas pela via do diálogo e da parceria para o bom andamento dos trabalhos e desenvolvimento da nossa Instituição.

REUNIÃO com chefia da Suapi

Sindpol/MG solicita atendimento de demandas comuns em cooperação



SINDPOL/MG

Encontro foi realizado na Cidade Administrativa com o chefe de gabinete, Dr. Zuley Jacinto de Souza

No dia 28/10 o presidente do sindicato Denilson Martins, o secretário Geral Cláudio Pereira e os assessores Walter de Paula e Tarrick Bruck, que atuam diretamente na questão de transição prisional, na relação entre Polícia Civil e Suapi, se reuniram com o chefe de gabinete da Suapi, Dr. Zuley Jacinto de Souza, e despacharam assuntos pontuais de interesse das duas categorias, que inclusive o Sindpol/MG possui considerável número de filiados no quadro. A questão de transferências, escoltas e administração compartilhada nas cadeias públicas no interior foram também objeto do diálogo nessa reunião.

Denilson Martins reavivou a vigorosa e harmoniosa relação que sempre existiu entre os operadores do sistema e os policiais civis, desde os tempos de Dutra Ladeira, Ceresp's e cadeias públicas, onde após a bem sucedida estratégia do Sindpol/MG para lutar pela transferência dos presos da Polícia Civil para a Suapi, o que contribuiu sobremaneira na estruturação desse importante órgão, por isso dessa expressiva integração e afinidade que os agentes penitenciários encontram na Polícia Civil e no Sindpol/MG, e as demandas desses servidores também refletem nas ações do nosso sindicato. Denilson falou da necessidade de se redobrar a atenção no serviço de escolta feitas pelos agentes penitenciários nas centrais de flagrantes e também nas delegacias regionais no interior, liberando os policiais civis desse pesado ônus para se dedicarem mais as ações finalísticas de investigação e de campo.

RECONHECIMENTO

O chefe de gabinete se prontificou deixando as portas abertas para atendimento as demandas do Sindpol/MG naquilo que couber, e reconheceu o importante papel da ação em defesa da categoria, o que com certeza reflete no fortalecimento de todos os operadores de Segurança Pública, dada a importância da Polícia Civil nesse contexto, que sempre foi próxima dos agentes penitenciários, com efeito, disse que a categoria tem se espelhado muito nas ações da Polícia Civil quando na aprovação e implantação a Nova Lei Orgânica na Instituição, que trouxe grandes benefícios para a categoria e para a sociedade, e foi importante o papel do Sindpol/MG em todas as fases desse projeto, e serviu de exemplo para que, a categoria dos agentes penitenciários façam o mesmo, pois uma carreira típica de estado não pode ficar sem um instrumento estruturante das suas atribuições que é a Lei Orgânica, e a experiência do Sindpol tem muito a contribuir, quanto a defesa aos interesses dos filiados perante a subsecretaria, esta sempre será bem-vinda, e na medida do possível também acolhida, dada a importância desse papel exercido pelos sindicatos. E que essa também é a orientação dada pelo secretário de Defesa Social Bernardo Santana, e o subsecretário em exercício Dr. Rodrigo Teixeira, ouvir e atender as demandas dos representantes da categoria na melhor forma naquilo que for possível.

POLÊMICA NA PCMG

Audiência Pública discute novamente riscos para a Segurança Pública

ROBERTO COELHO/SINDPOL/MG



O presidente Denilson Martins avalia que essa pauta vem na contramão das discussões nacionais

Na sequência dos debates sobre possível projeto de hipotética fusão de cargos e funções de escrivães com investigadores, a Comissão de Administração Pública da ALMG, realizou Audiência Pública na tarde do dia 17 de novembro para aprofundamento nos debates entre as partes envolvidas sobre esse tema, que tem causado bastante discussão e polêmica na base da Polícia Civil.

O grande temor da maioria da categoria de investigadores é de, em razão da estrutura hierárquica da Instituição, os mesmos serem obrigados a realizarem acúmulo de funções e atribuições próprias dos escrivães em detrimento das superlativas funções próprias do seu cargo.

O presidente do Sindpol/MG Denilson Martins, em sua exposição, destacou que já é demasiada a carga de atribuições, hoje exercida por ambos os cargos, o que tem causado excessos e sobrecargas com consequente adoecimento e invalidez de valiosos quadros da Polícia Civil, em estudo realizado em 2011 e 2012, na seção de perícias médicas, foi diagnosticado que 32% da categoria se afastou por licença médica, em razão da maioria dos casos de sobrecarga de trabalho, doenças psicossomáticas e emocionais. Aumentar ainda mais as atri-

buições deste cargo de investigador é relegar sobremaneira esse operador ao sucateamento causando grande prejuízo para a Instituição e para a segurança da sociedade, sem falar ainda que esse operador investigador, que agora passa a ter mais atribuições e carga de trabalho, seria obrigado a realizar tudo isso sem nenhuma compensação financeira ou meritocrática, com promoções etc., o que na visão do Sindpol/MG não passa de mais um improvisado da Administração Pública para mascarar a sua incompetência em prover preenchimento de cargos vacantes na Polícia Civil com os necessários concursos públicos, isso tem que mudar.

ESCLARECIMENTOS

O presidente ainda esclareceu que essa discussão fomentada por seguimentos do cargo de escrivão, sindicalistas da Nova Central Sindical e setores da Administração Superior da PCMG, vem na contramão das salutares discussões nacionais que reivindicam e preparam a implantação da carreira única, com ingresso único nas Polícias Cíveis no Brasil, bem como na isonomia da matriz remuneratória de todos os cargos de base de nível superior, exce-

to delegado, medida essa que devem preceder qualquer discussão de fusão ou unificação de cargo e funções.

Dirigentes do recém criado sindicato de escrivães também expuseram suas respeitáveis posições a respeito do assunto, ponderando acerca da necessidade de se modernizar o modelo das policias no país, provendo necessária eficiência e valorização da atividade policial.

OPINIÃO

Representantes da Administração da Polícia Civil, lideranças do movimento sindical, nacional e regional, como o presidente Jânio Bosco Gandra, da Cobrapol, também apresentaram suas posições. Gandra acrescentou que em nenhum lugar do Brasil existe ainda lei específica ou qualquer instrumento jurídico que autorize o exercício de função unificada dos cargos de investigador e escrivão, e que o único debate nacional que tem ganhado força na última década, é a instituição da carreira única, com ingresso único nas Polícias Cíveis, e isso tem sido negociado entre as entidades de nível nacional e o governo federal, mas que por omissão dos governos passados e do atual faltou coragem para se regulamentar até hoje após 27 anos, o artigo 144 da Constituição Federal, que trata da Segurança Pública em nosso país, e que neste momento o que toda categoria deveria buscar era a união de forças para se contrapor as investidas de segmentos que a todo momento tentam dificultar o resgate e fortalecimento da Instituição Policial.

REUNIÃO

Em caráter extraordinário, a exemplo da forma de administrar a gestão do sindicato, a diretoria executiva e o conselho fiscal se reuniram para avaliar todos os pontos positivos e negativos da Audiência Pública ocorrida na tarde anterior, bem como as possíveis mudanças na Administração Superior da PCMG, e seus reflexos no encaminhamento da agenda e da pauta prioritária do sindicato; deliberou-se também sobre a agenda nacional a respeito das tratativas das Federações e da Nossa Confederação, face aos projetos em tramitação no Congresso Nacional de interesse da categoria, funcionamento da Confederação dentre outros.



Pela 2ª vez o Sindpol/MG denuncia as péssimas condições de trabalho e escassez de efetivo

Sindpol/MG realiza inspeção sindical e pede providências da Administração Superior da PCMG

SUCATEAMENTO: Delegacia Especializada de Mulheres

Atendendo a reclamações de servidores da unidade, a direção do Sindpol/MG realizou uma inspeção sindical, no dia 18 de novembro, a uma das principais unidades especializadas da Polícia Civil em Belo Horizonte: a delegacia de proteção especializada da mulher, situada na Avenida Barbacena, no Barro Preto. Não foi a primeira vez que o Sindpol/MG denuncia as péssimas condições de trabalho, local inadequado e escassez de efetivo para esse serviço específico. Em 2012, após inúmeras denúncias de sucateamento em razão do aumento de índice de estupro e violência contra a mulher, inclusive com falta de equipamentos especiais para o reconhecimento de criminosos e suspeitos, a direção do Sindpol/MG visitou e diagnosticou ponto a ponto das vulnerabilidades daquela unidade, e requisiu providências a Administração Superior da PCMG, à SEDS e ao Ministério Público.

Naquela ocasião foram encontrados acúmulos de armas sem os devidos compartimentos para acautelá-las com a necessária segurança, milhares de inquéritos mal acondicionados, colocando em risco os procedimentos, investigações e processos que poderiam interferir na prisão ou soltura e até anulação de processos de criminosos contumazes. Após a intervenção do sindicato foi construída uma sala de reconhecimento, com espelhos e demais utensílios para essa finalidade e ainda transferências de novos servidores foram efetivadas, recompondo algumas equipes, porém de lá para cá, novamente o quadro veio a se agravar. A sala de reconhecimento teve

que ser desativada, em razão de infiltrações, mofos e hoje é utilizada como depósito e despejo; o elevador para garantir a acessibilidade de portadores de necessidades especiais e de locomoção se encontra parado sem funcionamento por falta de manutenção e oferecendo riscos em sua utilização, gambiarras elétricas estão presentes em todos os pontos da unidade, colocando em risco iminente e atual de curtos-circuitos e consequentes incêndios, sem falar na queima e avaria dos equipamentos de informática.

Em razão do diminuto espaço para a realização e oitivas, depoimentos e demais atendimentos policiais, escrivães são obrigados a utilizarem simultaneamente, de uma mesma mesa e estação e trabalho, para tomar os depoimentos de pessoas de processos distintos, dificultando sobremaneira a realização desse trabalho especializado, que deveria ser individualizado, para melhor eficiência do mesmo. Não há também nessa unidade plano de prevenção e enfrentamento a incêndio.

LAUDO TÉCNICO

Podemos perceber também rachaduras nas paredes, mobiliários sucateados, armários impróprios para o acondicionamento de processos e peças documentais, alguns inclusive colocados ao relento, expostos a ação do tempo e do clima, deixando claro que é urgente a necessidade de transferência dessa unidade para um outro prédio mais cômodo e adequado a essa unidade policial.

Os dirigentes que participaram dessa visita técnica e inspeção, ouvindo os servidores que exigiram o sigilo de suas identidades, puderam constatar que realmente, em razão das condições de trabalho, a prestação de serviço de Polícia Judiciária, para essa política pública especial, garantida por lei, está comprometida, e os poucos servidores que ali existem se encontram sobrecarregados. Muitos com afastamento por licença médica e outros culminam por aposentarem precocemente em razão da sobrecarga de trabalho, indagando a esses mesmos servidores, podemos constatar que a necessária equipe especializada para prevenção e repressão qualificada a estupro também se encontra desfalcada, ou melhor só temos apenas um investigador para atendimento de toda a Belo Horizonte, realmente tal situação é humanamente impossível.

Também ouvimos a reclamação da instabilidade e transitoriedade excessiva dos servidores dessa unidade, o que impede a especialização e acúmulo de experiência na tratativa desse tipo de crime, isso mais uma vez em razão das péssimas condições de trabalho.

O presidente Denilson Martins se comprometeu com os servidores e usuários daquela unidade a estar levando um diagnóstico encontrado até as autoridades, na busca das providências cabíveis, por entender ser insustentável a manutenção da unidade da forma que está, sob pena da PCMG e do Governo do Estado fracassarem na promoção da Política Pública de Proteção à mulher vítima da violência, bem como da família.

REESTRUTURAÇÃO do Ipsemg

Comissão entrega diagnóstico final

No dia 09/12, aconteceu uma importante reunião da comissão de dirigentes sindicais que realizarão o acompanhamento, junto ao Poder Executivo, da pauta de reestruturação e modernização do Ipsemg. O Sindpol/MG está entre as oito entidades sindicais que compõe essa comissão intersetorial que atuará de forma permanente na cobrança do atendimento das reivindicações aprovadas no Fórum Técnico, realizado nos dias 26 e 27 de novembro.

O presidente do Sindpol/MG Denilson Martins e o vice Toninho "Pipoco", participaram desse importante evento na ALMG que contou com a presença dos deputados representantes do Legislativo nesse processo, deputado Rogério Correia e deputado Paulo Lamac, a comissão entregou a presidência da ALMG o relatório final acerca dos trabalhos do Fórum Técnico, e solicitou ao chefe do Legislativo mineiro empenho no papel do Poder Legislativo de legislar e fiscalizar no tocante ao Ipsemg, tomando por base as diretrizes aprovadas nesse Fórum Técnico, para que episódios como um dos ocorridos na gestão passada, que resultaram no sucateamento crônico do órgão, não mais aconteçam.

Participaram também dessa importante reunião o secretário adjunto de Planejamento e Gestão Wieland Silberschneider e o presidente do Ipsemg Dr. Hugo Vocurca Teixeira, além dos dirigentes sindicais do Ipsemg, do Sindpol/MG, Sinjus, Sindpúblicos, Sind-UTE, Serjusmig, dentre outros.



Denilson Martins e comissão de dirigentes sindicais acompanham pauta de modernização do Ipsemg

Servidores defendem autonomia do Ipsemg

Os participantes do Fórum Técnico 103 anos do Ipsemg: reorganização e valorização, realizado pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), defenderam que um dos maiores entraves para a boa gestão do Instituto de Previdência dos Servidores é a falta de autonomia financeira e administrativa do órgão. A retomada dessa autonomia norteou diversas propostas apresentadas na plenária final desta sexta-feira (27/11/15), no Plenário. O documento final com as 25 propostas aprovadas foi recebido pelo deputado Rogério Correia (PT), que coordenou a plenária, e será encaminhado ao presidente do Parlamento mineiro, deputado Adalclever Lopes (PMDB), e ao Poder Executivo.

O servidor Hugo Marcondes dos Reis Júnior, do Ipsemg, afirmou que a atual subordinação do Instituto à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag) impõe limi-

tações que dificultam a gestão do órgão. Para ele, são necessárias a instituição de orçamento próprio da seguridade social e a participação popular dos beneficiários no processo de gestão. "Queremos que o Ipsemg seja administrado pelos servidores para que possamos atender melhor e evitar leilões de cargos em troca de apoios políticos", completou a representante do Sindicato dos Servidores do Ipsemg (Sisipsemg), Antonieta de Cássia Dorledo de Faria.

Com relação aos debates sobre saúde e assistência, o representante do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil (Sindpol/MG), Denilson Aparecido Martins, destacou que é necessário que se faça uma revisão do financiamento e da seguridade do instituto. Para ele, a questão também afeta a qualidade do atendimento. "Mais que isso, temos que reduzir desconto em folha apenas do beneficiário e aumentar o financiamento patronal", sugeriu.

Cidades visitadas:

Brasília de Minas e Janaúba

Cataguases

Muriáé

Passos

Paracatu

Pouso Alegre

São Lourenço

Unai

Uberlândia

RETORNO das inspetorias e subinspetorias fortes

Sindpol/MG cobra autonomia e fortalecimento dos cargos de base e das chefias intermediárias

Em 2011 em parceria com o chefe da Polícia Civil Dr. Jairo Lelis, a direção do Sindpol/MG apresentou para apreciação do Conselho Superior da Polícia e para o governo do Estado, a proposta de criação do cargo e função de subdelegado para atuarem em nome da Instituição Polícia Civil nas unidades e regiões de difícil provimento e de baixa densidade demográfica, desprovida de comarca, assumindo as funções típicas da Polícia Judiciária local, providenciando os procedimentos primários e preparatórios no suporte das delegacias regionais ou de comarcas, porém, essa proposta foi rechaçada pelo corporativismo e conservadorismo exacerbados dos delegados que se opuseram a matéria.

Hoje, por incapacidade e impossibilidade de preenchimento de todas as vagas de delegado, para atendimento da demanda da população, 40% das localidades acabam ficando desassistidas do serviço de Polícia Judiciária, proporcionando uma concorrência de espaço institucional e improvisos sem planejamento por parte de outras corporações no afã de disputa e ocupação desses espaços, como é o caso das investigações feitas pela PII, e agora as iniciativas de convênios entre o Ministério Público e a PM na confecção de TCO's, e ainda as expedições de mandados de prisão, busca e apreensão por segmentos do Poder Judiciário para serem cumpridos por PM's, Corpo de Bombeiros, dentre outros operadores de Segurança Pública diversos da legitimada Polícia Civil, com destaque a tentativa de aprovação do Ciclo Completo para a PM. Medida reprovável pelo Sindpol/MG e pelo conjunto das organizações sindicais de policiais civis de todo o Brasil que em sua essência não resolve o problema da segurança da população e dos altos índices de criminalidade, apenas mascara números e transfere consequências.

Diante de todos esses acontecimentos, o Sindpol/MG está retomando esse debate pela criação da função de subdelegado, nas unidades do interior e de difícil provimento, pelos policiais civis habilitados em direito, com reconhecida qualificação profissional, e em último nível de suas carreiras.

“Lamentavelmente nos últimos tempos esse importante cargo tem se esvaziado e desautorizado de forma inconsequente por um segmento de novos chefes que vem ingressando na bicentenária PCMG”.

FUNÇÃO

É importante destacar o papel exercido pelos inspetores e subinspetores da Polícia Judiciária de Minas Gerais. Profissionais sérios, gabaritados, com muita experiência profissional acumulada, experimentados no dia-a-dia do trabalho policial, do combate e do enfrentamento ao crime. Capacitados em gestão de pessoas e do trabalho policial, são os inspetores e subinspetores de polícia que realizam e coordenam o cumprimento das diligências e investigações essenciais para a formação do inquérito policial, prova pré-processual que tem por destino o Ministério Público e o Poder Judiciário.

A nomeação aos cargos e funções de subinspetor e inspetor são de livre iniciativa do excelentíssimo senhor governador do estado àqueles investigadores em último nível de suas respectivas carreiras, com indicação da inspetoria geral de investigadores, que hoje graças a luta do Sindpol/MG, também faz parte do Conselho Superior de Polícia.

Interferências e trocas injustificadas sem se respeitar os princípios norteadores e basilares que regem a instituição, tem se tornado ato corriqueiro e recorrente. Esse fenômeno tem causado um considerado desequilíbrio no desenvolvimento das atribuições típicas da Polícia Civil e das ações de campo, prejudicando demasiadamente os resultados. Isso sem se falar na desmotivação, desestímulo e descrédito para o exercício de tão importante cargo.

O papel do inspetor e do subinspetor de Polí-

cia continua sendo fundamental para o exercício mais próximo e direto das prerrogativas e das atribuições dos policiais, principalmente nas ações de comando direto, e ainda no fortalecimento institucional na luz dos princípios da hierarquia e da disciplina, essenciais para o bom andamento dos trabalhos e para a qualitativa prestação de serviço de Segurança Pública e investigação criminal para a sociedade. A direção entende que para melhorarmos e atualizarmos o atual modelo de Polícia é fundamental que antes se resgate o pleno exercício dos cargos e funções da Polícia Civil, especialmente fortalecendo os cargos de base e as chefias intermediárias, eficientes e mais seguros eram os dias no tempo das inspetorias e subinspetorias fortes, autônomas, respeitadas e valorizadas.

Delegados

Ao delegado de polícia compete a presidência do inquérito e a gestão da investigação, ao tentar substituir as ações e funções da inspetoria, esvaziando e desvalorizando a mesma, a autoridade policial se desgasta na busca de uma exposição excessiva, ao mesmo tempo que também se distancia de seu mister e finalidade institucional de autoridade policial, carreira jurídica e presidente dos autos, culminando por se perder e descaracterizar nessa confusão de papéis. Nesse sentido o resgate da função e atribuições dos cargos de inspetor e subinspetor de polícia, é fundamental para a retomada do papel institucional da Polícia Civil que deve assumir e exercer as suas funções em todas as unidades circunscritas do Estado, principalmente nas regiões de difícil provimento, de menor índice e densidade populacional (cidades com menos de 10 mil habitantes), que não seja provida de comarca, bem como e que não se possa prover com cargos de delegados.

CÓDIGO DE ÉTICA da Polícia Civil

Direção solicita apoio de deputados da base e oposição



SINDPOL/MG

a vanguarda do debate ético que deve permear todas as instituições republicanas no qual deveria ser denominado de código de ética e disciplina, e não meramente “caderno disciplinar”, como deseja e querem impor a classe dos delegados.

RENOVAÇÃO

Os dirigentes sindicais foram enfáticos de que compete a Casa Legislativa e ao Governo, renovar, sem retrocessos, os estatutos de nossas instituições, e seria salutar que as entidades sindicais, que representam o conjunto dos cargos dos operadores tivesse uma participação protagonista desse debate, sob um ponto de vista holístico, institucional e republicano com vistas do atendimento do interesse público, e não somente sob a ótica de status de poder apenas da classe de delegados de polícia. O presidente da Comissão de Legislação e Justiça, deputado Leonídio Bouças, e o líder da maioria, deputado Rogério Correia, se colocaram à disposição do Sindpol/MG, para acompanhar a referida matéria, a exemplo do que também se dispôs a fazê-lo, em nome da oposição, o deputado sargento Rodrigues, que acumulou experiência em razão do debate caloroso, que o mesmo participou no governo passado, pela aprovação do código de ética dos policiais militares, que por muito pouco, quase passou um texto que atendia apenas ao interesse dos oficiais.

Presidente Denilson Martins, Deputado Leonídio Bouças, Antônio Marcos e Wellington Kalil

No dia 22/10, o presidente do Sindpol/MG Denilson Martins, o vice-presidente Toninho “Pipoco” e o presidente da Associação dos Escrivães Wellington Kalil, visitou dezenas de gabinetes parlamentares, conforme prévia articulação, em defesa da tratativa de um novo código de ética, digno, discricionário e republicano para os operadores da Polícia Civil. O atual caderno disciplinar, que data de 1969, como capítulo da revogada e antiga Lei Orgânica 5406/69, não atende mais aos ensejos da Corporação, nem tampouco foram recepcionados pela nova ordem constitucional trazida com a Constituição Cidadã de 05/10/ 1988.

Denilson Martins esclareceu aos parlamentares que é preciso um novo olhar progressista sobre essa matéria que lamentavelmente foi elaborada sob uma ótica conservadora e elitista, exclusiva dos delegados de polícia. A proposta que está na ALMG, muito preocupa aos sindicalistas e policiais da base e chefias intermediárias, por motivos pontuais, especialmente por concentrar todo o poder disciplinar e correccional apenas nas mãos dos delegados; também prevê a inconstitucional medida que proíbe aos policiais civis de terem filiação partidária ou sindical (um verdadeiro absurdo); a referida proposta dos delegados também mantém a mesma estrutura arcaica e inconstitucional

de tribunal e juízo de exceção, onde uma única autoridade, pode modificar as decisões e deliberações colegiadas dos membros de comissões processantes, em desacordo com o rito processual vigente em nosso país; ainda nesse caderno disciplinar prevê absurda pena de cassação de aposentadoria, ferindo de morte a divisibilidade de institutos distintos, uma de natureza contributiva e o outro de natureza administrativa disciplinar, o que não se confundem; e finalmente a nossa maior crítica aos projetos dos delegados é de que o referido caderno não absorve

